

Ataque pelos flancos

Governo reage à recessão com correções na economia

Parecia haver-se formado uma incomum aliança triplice para encostar o governo na parede: cada um a seu modo, comerciantes, industriais e seus empregados procuraram demonstrar, na semana passada, que não estavam propriamente otimistas com o horizonte econômico do país. Na pacata cidade mineira de Divinópolis, por exemplo, a rotina foi alterada quando 1.500 irados comerciantes saíram às ruas na terça-feira reclamando

minguados cinquenta associados que atenderam à sua convocação. Entretanto, àquela altura, o governo já resolvera agir. "Queremos dar uma demonstração clara de que não vamos levar o país a uma recessão", prometia o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, após a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), que, na quinta-feira, atacou assuntos tão diversos como a correção das prestações da casa própria, o financia-

nos e médios empresários — e ainda por cima a juros subsidiados. "São medidas capazes de evitar a recessão, e se não fossem tomadas, os problemas poderiam agravar-se", admite o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, e um dos patronos do encontro da quarta-feira. "O governo tem de fazer isso sempre, pensa por sua vez o diretor da Companhia de Papel Simão, Plínio Assman, que defende "ajustes para corrigir rotas, em vez de pacotes para resolver o problema de toda a economia".

A reunião do CMN não tratou do prometido plano de quatro anos de ajuste externo da economia, tema reservado para as esferas mais altas do poder. Nem por isso o empresariado deixou de comemorar. "Estamos em festa", bradou o



FELIPE CARPINELLI

Bancários de São Paulo: greve tem quórum baixo



SORAYA URSINE

Comércio de Divinópolis (MG): protesto na rua

da alta dos juros e da falta de definições por parte do governo. "Nosso movimento é preventivo", dizia Mário Kuns, líder da passeata. E no dia seguinte a mesma prevenção habitava a "Capital dos Jeans", no Rio de Janeiro, como é conhecida a região comercial de Vilas de Teles, onde se concentra o comércio de confecções e que permaneceu com as portas de seus estabelecimentos arriadas durante todo o expediente. Antes, na segunda-feira, o presidente da poderosa General Motors, Cliford Vaughn, anunciava a disposição de congelar os 500 milhões de dólares previstos para investimentos no Brasil, antevendo nos próximos cinco meses a sombra negra da recessão sobre os seus negócios — e que pode ficar mais espessa se os bancários decretarem uma greve nacional nessa terça-feira, 24. Afinal, com os bancos parados a economia só funcionará pela metade, podando 3% do PIB a cada seis dias de paralisação.

Mas pelo menos a greve dos bancários não deve passar das intenções, pois na noite de quinta-feira, na assembleia que deveria organizar o movimento em São Paulo, a diretoria do sindicato nem precisou usar o microfone para falar aos



MARIO LEITE

Empresários se antecipam (SP): menos 5 milhões

mento de imóveis, o aumento do prazo para a compra a crédito no comércio, as mordidas do leão do Imposto de Renda e o financiamento dos pequenos e médios empresários. Para estes já havia sido cantada a bola: na véspera, em uma reunião solene e formal realizada em São Paulo, um seletivo grupo de lideranças do mundo dos negócios anunciou a liberação de 20 bilhões de cruzados do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) para os peque-

presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo, Roberto Capuano, ao saber da aprovação de sua antiga idéia de vincular depósitos na caderneta de poupança vinculada à aquisição da casa própria. "Os inquilinos vão se transformar em proprietários", profetiza. E, por tabela, ainda ajudarão a controlar a demanda,

pois, ao preferir entrar na fila do guichê das cadernetas, o cidadão passará ao largo do balcão do comércio. Mas não haverá uma nova onda de esfriamento das vendas. Isso porque o Conselho Monetário ampliou de quatro a até doze meses os prazos do crédito ao consumidor. Além disso, o prazo para entrega das declarações e do pagamento da primeira parcela da profunda mordida do Imposto de Renda foi esticado até o dia 15 de